

# A ROUPA NOVA DO REI: ECONOMIA VERDE ENTRE INOVAÇÃO E CONSERVAÇÃO – UMA LEITURA CRÍTICA A PARTIR DE KARL POLANYI

Daniele Eckert Matzembacher<sup>1</sup>

Fabio Bittencourt Meira<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

O processo de acumulação capitalista leva o desenvolvimento econômico a um impasse. De um lado, a necessidade de crescimento orientado pelo lucro e, de outro, o bloqueio ao crescimento devido ao incremento das desigualdades sociais e danos ao meio ambiente natural. O resultado tem sido o advento de crises reiteradas, cada vez mais intensas e frequentes. Equacionar o crescimento combinado com a preservação do meio ambiente e o arrefecimento das questões sociais é hoje um dos mais importantes *puzzles* para o *establishment* econômico.

A economia verde (EV) é uma proposta oferecida não apenas para superar esta contradição, mas também para explorar as oportunidades por ela geradas. Sua

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://lattes.cnpq.br/9865654155375869>. <https://orcid.org/0000-0002-5781-1555>. [daniele\\_eckert@yahoo.com.br](mailto:daniele_eckert@yahoo.com.br). Endereço para correspondência: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração. Rua Washington Luiz, 855, Porto Alegre, RS, Brasil. CEP 90010460. Telefone: (55 11) 974642602.

<sup>2</sup> Doutor em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://lattes.cnpq.br/8190242701584269>. <https://orcid.org/0000-0002-4703-2398>. [fabio.meira@ufrgs.br](mailto:fabio.meira@ufrgs.br).

principal força motriz está na inovação tecnológica. Conforme a OECD (2011), as estratégias de crescimento verde são necessárias por, pelo menos, três sérios motivos. Primeiro, os impactos da atividade econômica sobre os sistemas ambientais criam desequilíbrios, colocando em risco o desenvolvimento socioeconômico. Para enfrentá-los é preciso realizar maior esforço no combate às alterações climáticas e à perda de biodiversidade. Segundo, o capital natural – que abrange os estoques de recursos naturais, da terra e dos ecossistemas – é muitas vezes subestimado e mal administrado, impondo custos desnecessários para a economia e o bem-estar humanos. Terceiro, a ausência de estratégias coerentes para lidar com essas questões cria incerteza, inibe o investimento e a inovação, podendo retardar o crescimento econômico. Neste diapasão, quando a ONU organizou, em 2012, uma nova Cúpula da Terra no Rio – com o nome Rio+20 – definiu os dois temas orientadores do evento: o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável; e a Economia Verde, no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza (Oliveira, 2012). De fato, a EV parece ter tido sua consagração no encontro Rio+20 (Misoczki & Bohn, 2012).

Tendo esta discussão como pano de fundo, este artigo problematiza o conceito de EV e o discurso que o acompanha. A promoção da EV se faz pelo argumento de que se trata de meio privilegiado para romper e superar o modelo tradicional de crescimento econômico, produtor de desigualdades econômicas e destruição ambiental. Nosso objetivo é escrutinar este conceito e a legitimidade das práticas a ele relacionadas à luz das ideias de Karl Polanyi (2012a; 2012b), interrogando a EV para identificar seus limites. A questão central é: seria a concepção da EV consistente com uma proposta econômica antitética àquela do crescimento com alto custo socioambiental? (Luna, Brasil & Máximo, 2012).

Como aponta Sabourin (2011), ao ser associada ao crescimento, a noção de desenvolvimento fica reduzida ao princípio da troca de bens para a acumulação ou troca de serviços para satisfazer interesses privados. A importância de Karl Polanyi está

em identificar categorias econômicas específicas e diferentes desta troca puramente mercantil. Trata-se de uma tipologia dos sistemas econômicos cuja variável-chave é institucional: o processo econômico imbricado ao social ocorre de diferentes modos na sociedade (Polanyi, 2012a). Isto implica em pensar três formas econômicas imiscuídas aos modos de integração social: a reciprocidade, a redistribuição e a troca. Reciprocidade define movimentos simétricos entre grupos sociais ou indivíduos. Redistribuição corresponde a movimentos de apropriação por um centro e, em seguida, deste em direção ao exterior. A troca corresponde a movimentos de vai e vem dos objetos em um sistema mercantil (Sabourin, 2011).

A interrogação central deste ensaio diz respeito à abertura ou fechamento da proposição da EV quando confrontada com as categorias econômicas estranhas ao sistema de mercado. Será preciso entender em que medida a proposta verde abre espaço para a reciprocidade e a redistribuição e de que modo ela absorve a economia das práticas não-mercantis. Dito de outro modo, é preciso entender se a EV reforça a mercantilização generalizada dos bens e serviços, operando, *ipso facto*, como uma economia do crescimento, ou se ela será capaz de romper com esta generalização dos padrões de troca mercantil.

A exposição está dividida em quatro partes, além desta introdução. Uma apresentação do conceito e das principais características relacionadas à EV é seguida de uma discussão sobre os limites da economia de mercado e da própria proposição da EV. A terceira seção dá lugar a uma discussão crítica, seguida das considerações finais.

## **ECONOMIA VERDE CONTRA A CRISE: O PROJETO DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

O termo 'economia verde' (EV) aparece pela primeira vez num relatório de 1989, elaborado por um grupo de economistas para o Governo do Reino Unido. A

encomenda tinha o propósito de construir uma definição de consenso para o 'desenvolvimento sustentável'. Sua circulação foi relativamente modesta. Somente na crise de 2008 volta com força justamente este conceito, até então subsidiário de todo arcabouço da sustentabilidade (ONU, 2012). O novo contexto, faz o termo assumir um duplo caráter: (1) de estratégia anticíclica para enfrentamento da crise; e (2) de modelo de desenvolvimento sustentável, com amplo suporte institucional de organismos internacionais – especialmente a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP).

Desta forma, o UNEP define a economia verde como “uma economia que resulta em melhoria do bem-estar humano e da equidade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica” (UNEP, 2011, p. 9, tradução nossa). A OECD (2011) incorpora este conceito. Em 2008, a UNEP passa a promover a ideia de 'pacotes de estímulo verde' em áreas específicas em que o organismo vislumbrava o investimento público impulsionando a EV. Vários governos foram incentivados a implementar esses pacotes como parte de seus esforços de recuperação (ONU, 2012).

Já em 2011, uma publicação da OECD afirma que a abordagem verde expande as definições tradicionais de riqueza na busca pelo crescimento econômico, ao interligar economia e meio ambiente, suas preocupações centrais são o bem-estar e a garantia de que os ativos naturais continuem fornecendo recursos e serviços ambientais para propiciar um desenvolvimento sustentável. No mesmo ano, o UNEP (2011) defende a compatibilidade entre progresso econômico e sustentabilidade através do crescimento verde, afirmando que há evidências substanciais de que a nova forma de economia oferece oportunidades significativas de investimento, crescimento e trabalho. Para ambos organismos, a EV representa uma mudança fundamental em relação ao modelo econômico tradicional porque busca um crescimento que ajude a reduzir a pobreza, melhorar a qualidade de vida e preservar os recursos naturais. É um meio essencial para

se alcançar o desenvolvimento sustentável porque potencializa novas oportunidades de crescimento econômico através de prestação de serviços de ecossistemas, inovação tecnológica e novos mercados para produtos e serviços verdes (OECD, 2013).

Conforme o UNEP (2011), a EV objetiva promover a melhoria do bem-estar da humanidade e a igualdade social concomitantemente com a redução significativa dos riscos ambientais e da escassez ecológica. Para a OECD (2013), minimiza os riscos ambientais enfrentados pelos países em desenvolvimento, tais como os resultantes da exploração insustentável dos recursos naturais, a falta de alimentos, de água potável e de energia, a poluição do ar e da água, assim como a pobreza rural. Mais ainda, o crescimento verde possibilita tratar ou minimizar os impactos das mudanças climáticas, nos países em que o agravo ocorre em função de desigualdades sociais, da extrema pobreza, do crescimento populacional exponencial, da falta de serviços e de infraestrutura básica.

Para Unmüßig, Sachs & Fatheuer (2012), a OECD tem o objetivo de vislumbrar novas possibilidades de crescimento por meio de três eixos: produtividade (aprimorando a eficiência, principalmente no consumo de energia), inovações e novos mercados. A própria OECD (2011) assegura que a melhora na eficiência com frequência ocorre em relação à utilização de energia, seja otimizando o consumo, seja utilizando novas tecnologias, tais como energia solar, eólica, biocombustíveis etc. É possível reduzir a dependência de combustíveis fósseis, reduzir os custos de produção e diminuir a pobreza, esta última através da promoção do acesso ou da diminuição dos custos no uso de energias.

As soluções fornecidas pela EV calcam-se na crença em soluções tecnológicas de mercado e postulam que a sustentabilidade pode ser alcançada ainda que o atual sistema econômico e social seja mantido. Os proponentes do crescimento verde argumentam que crescimento econômico e preservação ambiental são objetivos

compatíveis, uma situação em que todos ganham (denominada *win-win*). Assim, a EV visaria preservar o ambiente natural e promover o crescimento econômico simultaneamente (Sandberg, Lockars & Wilén, 2019).

A inovação é o motor desta transformação econômica, diz a OECD (2011). Sua ausência torna difícil e caro tratar as principais questões ambientais. A capacidade de inovar é essencial para estabelecer avanços e novos padrões de produção e consumo: contribui para a criação de novos mercados, faz surgir novos postos de trabalho e é fundamental para melhorar a qualidade de vida das populações. Para Dangelico & Pujari (2010), a inovação verde nos produtos está sendo reconhecida como um dos fatores-chaves para se alcançar o crescimento, a sustentabilidade ambiental e uma melhor qualidade de vida. A compreensão da importância dessa interação entre inovação e sustentabilidade tornou-se prioridade estratégica. Ciribelli & Miquilitto (2013) veem a EV como um nicho de mercado: é preciso identificar as principais características do consumidor verde e suas reais motivações de consumo. O aumento do número de adeptos é lento, mas, ainda assim, o consumo verde é suficientemente crescente para que as empresas avaliem as novas oportunidades de negócio geradas.

É este o sentido da afirmação de que ações ambientais podem gerar novas oportunidades de negócios com o uso sustentável da biodiversidade e dos serviços ambientais, além de oferecer às empresas potenciais vantagens sobre concorrentes menos avançados tecnologicamente (OECD, 2011). As instituições financeiras multilaterais, como o Banco Mundial ou os bancos de desenvolvimento nacional, têm papel crucial no fomento de novos nichos de mercado e na evolução política da economia ecológica (UNEP, 2011). De fato, as instituições financeiras globais estão bem posicionadas para se beneficiar da concepção e comercialização de novos produtos e serviços verdes. Novos produtos e serviços estão sendo lançados muito rapidamente e possuem uma gama de diferentes *designs* e recursos (Noh, 2019). O UNEP (2012) lista uma série de casos de empresas que obtiveram vantagens comerciais por terem

investido no 'esverdeamento' [*greening*] dos seus negócios ou que encontraram um novo nicho de mercado na EV. Informa que essas empresas economizaram milhões de dólares, assim como obtiveram um alto retorno sobre o investimento, beneficiando os consumidores, as comunidades e o meio ambiente. O Zhangzidao Fishery Group da China, por exemplo, obteve um crescimento anual de 40% da sua receita entre 2005 e 2010, em comparação com a média da indústria de 13%, após oferecer uma alternativa aos métodos de monocultura, permitindo ecossistemas mais equilibrados.

A OECD (2013) propõe que o crescimento verde exige estratégias abrangentes, tais como sistemas fiscais equitativos e eficazes, a eliminação progressiva dos subsídios que são prejudiciais ao meio ambiente, o comércio livre e aberto tanto para produtos quanto para serviços ambientais, políticas que incentivem o investimento em inovação, tecnologia e práticas verdes, avaliação de risco e de gestão, políticas de mercado de trabalho que maximizem os benefícios para os trabalhadores e ajudem a garantir que o ajuste de custos sociais seja compartilhado equitativamente, assim como uma série de políticas de acompanhamento para tratar com a questão da redução da pobreza e a equidade social. Há ainda uma série de desafios estratégicos inibindo o crescimento verde, tal como o fato de que muitas externalidades ambientais são subavaliadas ou não precificadas. Precificar emissões de carbono pode ajudar a incentivar a inovação no combate à mudança climática, ainda que os preços baixos atuais do carbono desestimulem o investimento em inovação. O domínio das tecnologias e dos sistemas existentes pode dificultar a competição, o que justifica, em certas situações, a necessidade de um apoio temporário. Mas, barreiras ao comércio e ao investimento podem prejudicar ou impedir o desenvolvimento e a difusão global de tecnologias verdes. A redução destas barreiras, bem como um efetivo uso dos direitos de propriedade intelectual é de suma importância (OECD, 2011).

O ponto forte dos instrumentos de mercado para incentivar e gerenciar uma EV é que os fatores de produção, incluindo o capital natural, podem ser devidamente

valorizados. Alguns dos instrumentos de mercado que podem ser utilizados para esse fim são as licenças comercializáveis, os impostos, os subsídios e as regulações (OECD, 2011). A precificação dos danos ambientais pode ser alcançada através das licenças comercializáveis e dos impostos. A utilização de impostos ambientais e de sistemas de comércio de emissões aumentou nas últimas décadas em áreas com forte eliminação de resíduos e poluentes específicos, como as emissões de gases para a atmosfera. A OECD (2011) entende que, embora as circunstâncias nacionais sejam diferentes, precificar a poluição ou a sobre-exploração dos recursos naturais escassos através dos impostos ou sistemas de licenças negociáveis deve ser um elemento central na utilização e combinação de políticas para a incentivar a EV.

A Bolsa de Valores Ambientais BVRio é um exemplo recente de como isso vem acontecendo. O objetivo é desenvolver mecanismos de mercado para negociar serviços e ativos ambientais. É possível comercializar os efluentes de baías e rios, reservas legais florestais, emissões de carbono por indústrias e também resíduos sólidos (BVRIO, 2017). Políticas regulatórias apresentam uma oportunidade para incentivar o crescimento verde e também para melhorar os acordos existentes, sendo necessárias para complementar e apoiar os instrumentos de mercado. Já os subsídios e as regulamentações podem ser uma opção política quando os preços de outros instrumentos são muito onerosos, mas seu uso envolve complicações de segmentação e de fundos públicos limitados (OECD, 2011).

Os preços, segundo a OECD (2011), têm provado ser uma ferramenta poderosa para influenciar as decisões de consumo, apesar de alguns estudos comportamentais indicarem que os consumidores muitas vezes se concentram em custos de curto prazo. Na literatura sobre o tema há o entendimento de que as classes de baixa e média renda dos países emergentes poderiam ser motivadas a 'saltar' diretamente para um padrão ambiental e socialmente consciente e, assim, evitar a adoção do estilo de consumo intensivo das populações dos países industrializados. Schäfer, Jaeger-Erben &



Santos (2011) identificam cinco perfis diferentes de consumidores e oferecem estratégias de comunicação para estimular o consumo de bens e serviços mais verdes. Concluem, no entanto, que o “salto verde” é uma opção pouco provável. No Brasil, o maior desafio tem sido projetar uma visão atraente de estilos de vida sustentável capaz de confrontar o ideal do consumo intensivo veiculado pelos meios de comunicação e publicidade. Merece destaque também o ceticismo em relação às boas intenções das empresas, muitos consumidores têm o sentimento de que as alegações dos fabricantes em favor do consumo de bens e serviços mais sustentáveis ou éticos são apenas mais um truque de marketing para fomentar seus negócios, entendem não haver uma preocupação real com as questões sociais e ambientais (Bray, Johns & Kilburn, 2010).

Ainda que tenha ganhado novo impulso com a crise mundial de 2008, é preciso considerar que a EV não é uma novidade. Há mais de três décadas, se discute a valorização econômica e a mercantilização do meio ambiente, com o desenvolvimento de métodos e ferramentas para avaliá-los e introduzi-los nas decisões econômico-financeiras das empresas e governos. Ao mesmo tempo, a EV tem sido alvo de críticas. Não há, até o presente, efeitos significativos que pudessem legitimá-la, exceto um indiscutível benefício às grandes corporações e aos países ricos, em detrimento dos pobres. Não foi por outra razão que o tema da pobreza ganhou relevo nas publicações do PNUMA (Oliveira, 2012).

Uma compreensão crítica das práticas e concepções verdes começa pela ênfase na sua funcionalidade de mercado. O projeto está fundamentado numa combinação de mecanismos de aperfeiçoamento da economia de mercado com certa inovação tecnológica movida por autointeresse e que, justamente por isso, teria acento verde. Dito de outro modo, a dinâmica autorregulável é o mecanismo central de toda uma lógica sistêmica que desenha os modelos propostos pelos organismos internacionais. Trata-se, agora, de pôr em questão esta axiomática econômica, sem o que não será possível entender suas insuficiências no que concerne o significado da economia e do

desenvolvimento. Vale lembrar que, neste processo de renovação, a legitimidade da proposta assenta nos pressupostos de preservação ambiental e redução das desigualdades sociais. Na próxima seção, a companhia de Karl Polanyi ajudará a abordar assunto tão espinhoso.

## **KARL POLANYI E OS LIMITES DA ECONOMIA DE MERCADO**

O inglês restringe o mercador, mas é em favor do comércio.

*(Montesquieu, citado por Polanyi, 2002, p. 87)*

Os estudos de Karl Polanyi (2000, 2012b) sobre as sociedades pré-capitalistas identificaram a existência do mercado como parte de uma economia mais abrangente, cujas diferentes atividades se integram à totalidade social. Mercados não são necessariamente centrais e não operam obrigatoriamente como mecanismos de autorregulação econômica. A história e a etnografia testemunham as várias espécies de economia, a maioria delas incluindo a instituição do mercado, mas “não conhecem nenhuma anterior à nossa que seja controlada e regulada por mercados” (Polanyi, 2000, p. 63). A permuta econômica é afetada por fatores limitantes como “o costume e a lei, a religião e a magia [...] que restringem [...] os atos de troca em relação a pessoas e objetos, tempo e ocasião.” (Polanyi, 2000, p. 82). A atividade econômica não é separável da sociedade, ela está incrustada no social, subordinando-se às suas relações, bem como à política, à religião etc.

Se o sistema econômico é visto como imerso em relações sociais gerais, os mercados se tornam aspecto acessório de “uma estrutura institucional controlada e regulada pela autoridade social” (Polanyi, 2012, p. 88). Nas economias ditas “de mercado”, há, portanto, uma inversão, que promove a subordinação do todo ao padrão de troca mercantil. Uma dinâmica social própria e distinta emerge quando o mercado se torna uma instituição. Sua origem remonta a relação peculiar entre a motivação para a

permuta e este padrão de troca específico. Neste novo arranjo, economia passa a significar “sistema autorregulável dirigido pelos preços e nada além dos preços de mercado”. Se tal sistema é “capaz de organizar a totalidade da vida econômica sem qualquer ajuda externa, certamente mereceria ser chamado autorregulável” (Polanyi, 2000, p. 62).

A passagem da economia regulada para o sistema autorregulável é resultado de um processo histórico em que mercados locais cedem lugar a um mercado nacional: uma instituição imposta pelo Estado nacional. A Revolução Industrial soldou a sociedade e a transformou com máquinas de uso complexo e dispendioso e estabelecimentos fabris para a produção em larga escala. A forma econômica antes ancorada na subsistência material se altera lentamente para a nova forma de troca orientada pelo lucro. Além disso, a produção por meio de máquinas envolveu uma transformação da substância humana e natural ao submetê-las ao afluxo de mercadorias.

O controle econômico tem necessariamente correlato numa sociedade moldada para seu funcionamento. Se a regra de ouro é a autorregulação, está-se diante de uma regra externa e estranha às convenções, hábitos e costumes sociais. “Em vez de a economia estar encrustada nas relações sociais, são as relações sociais que estão encrustadas no sistema econômico” (Polanyi, 2012a, p. 77). A economia autorregulável remete à conhecida metáfora polanyiana do “moinho satânico”, que tudo tritura e transforma. O mercado define um projeto político centrado em interesses individuais, de grupos e classes sociais específicos, em detrimento dos interesses da sociedade como um todo. Daí a afirmação de que uma economia de mercado somente pode funcionar numa sociedade de mercado. Em última instância, é por isso que o controle do sistema econômico é fundamental para toda a organização social, já que ele reorienta a sociedade. Ao mesmo tempo, a autorregulação é uma ilusão ou uma utopia, porque ao desengatar as relações sociais e econômicas, constrói o reenquadramento como se ambas fossem formas equivalentes, que não são. Sachs (2012) corrobora esta

compreensão e oferece fortes críticas à concepção da 'mão invisível', por considerar que o compromisso necessário entre os objetivos ambientais e sociais não surgirá da livre interação das forças de mercado, por natureza míope e insensível à dimensão social.

A crítica ao *homo economicus* de Adam Smith vem acompanhada de um elogio à sua profecia. A propensão do homem à barganha nunca existiu antes em escala considerável, sempre foi um aspecto subordinado da vida social e econômica. Não há sociedade que possa prescindir de uma forma qualquer de economia, mas, histórica e antropologicamente, a economia humana permanece submersa nas relações sociais e as ações econômicas salvaguardam a condição social. A valorização dos bens materiais ocorre na medida em que eles servem a estes propósitos. A concepção de economia substantiva é precisamente esta. Ocupa-se das formas sociais das práticas econômicas, as instituições responsáveis pela satisfação das necessidades humanas e o modo como as sociedades resolvem seus problemas de suficiência (Machado, 2010, p. 73).

A chamada "falácia economicista" (Polanyi, 2012b) representa uma redução da economia humana às formas do mercado, acompanhada de uma redução semântica da subsistência à escassez. Ela conforma a concepção formalista, cujo ponto de partida é a escassez dos meios de vida e o objeto de estudo o indivíduo isolado orientado por uma espécie de psicologia da maximização dos ganhos. Este formalismo preocupa-se com a eficiência, sendo aplicável apenas ao estudo das modernas economias capitalistas, ou seja, aquelas em que o mercado desempenha papel central (Machado, 2010, p. 72).

Mas, a ciência econômica deveria tratar da subsistência do homem e não do funcionamento dos mercados. Pois se estes sempre existiram, somente no Século XIX é que se transformaram no princípio organizador da sociedade, rompendo com a ordem tradicional. A ruptura ocorreu em dois momentos: o primeiro, na imposição de uma

política mercantilista centrada no comércio de longa distância; o segundo no surgimento de um mercado autorregulável correlato à criação dos Estados nacionais, que ganha musculatura com a industrialização.

Autorregulação significa que toda a produção é orientada para a venda no mercado e todos os rendimentos derivam dessa atividade. Resulta daí um mercado para tudo que se produz e também para o trabalho, a terra e o dinheiro. Estes três elementos são chamados mercadorias fictícias porque apesar de não serem produzidos, são comprados e vendidos como se fossem mercadorias. A terra corresponde à transformação da natureza em mercadoria sob a forma institucional da propriedade privada, passível de ser comprada e vendida. O dinheiro vincula-se à norma da equivalência geral na troca, seu valor é controlado pelo Estado. O trabalho é a capacidade humana de produzir os meios de subsistência e sua transformação em mercadoria cria a forma moderna de exploração do trabalho, baseada numa diferença entre o que o trabalho efetivamente produz e sua remuneração. Esta série de decalagens representa o que Polanyi (2000, p. 269) define por “natureza utópica da economia de mercado”, expressão da transformação das relações sociais e de sua desvinculação com a substância social. A economia de mercado produz a crença de que a terra, o trabalho e o dinheiro se comportarão sob o primado da lei autorregulável das trocas mercantis.

*Trabalho* é apenas um outro nome para atividade humana que acompanha a própria vida, que, por sua vez, não é produzida para venda, mas para fins inteiramente diversos, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada, a não ser quando submetida a um processo de dessubstanciação. *Terra* é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem. Finalmente, o *dinheiro* é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, não é produzido mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais. Nenhum deles é *a priori* produzido para a venda, não são em si mesmos mercadorias. A

idealização do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é uma ficção (Polanyi, 2012a, p. 78).

A subordinação da vida e da sociedade às leis do mercado só pode ser efeito da interferência do sistema econômico na organização social. Se o mercado funciona é porque a sociedade está, de alguma maneira, subordinada às suas exigências. No entanto, ao comprimir a condição humana e encolher a natureza subordinando-as à mercadoria, o sistema de mercado torna-se uma ameaça porque produz consequências irreversíveis, que, no limite, levam à destruição da sociedade e do meio ambiente.

O sentido de afirmar que a economia de mercado é uma utopia equivale a esta impossibilidade, mas também remete a uma resposta defensiva da sociedade. As leis de mercado levam inevitavelmente a um comportamento de defesa da sociedade, um duplo movimento na busca por proteção. Um primeiro movimento é conduzido pelo liberalismo econômico e leva a um mundo de equivalências gerais sob a forma mercadoria. A resposta é contramovimento, vem com o enfrentamento, comportamento de defesa da sociedade diante das mudanças para proteger o *nomos* social. Este contramovimento interfere nas leis do mercado, as impede de serem plenamente instauradas, para fugir da anomia autorregulável. Isto é essencial para a sobrevivência da sociedade e da natureza. Por isso, Polanyi (2000) ataca a visão liberal do livre mercado, que é para ele indefensável. É preciso abandonar a utopia do mercado para perceber a realidade da sociedade, alterar as motivações humanas e não submetê-las ao “moinho satânico”. Nenhum sistema pode depender de reguladores automáticos, de orçamentos equilibrados e da livre empresa. O principal passo é romper com as crenças de que a vida social deva ser submetida aos mecanismos de mercado. A última palavra deve ser dada pela sociedade.

Nesse sentido, Polanyi oferece significativa contribuição para superar o economicismo. O problema de buscar alternativas aos desafios contemporâneos da economia

capitalista pode ser tratado a partir da perspectiva de uma economia substantiva, isto é, da equação de meios para a suficiência humana. A economia ganha aqui outro contorno ao ser pensada como resultante de processos históricos de interação do homem com o meio natural e social, com o sentido de satisfazer necessidades e não de maximizar ganhos, acumular etc. Além e aquém da forma mercantil, a economia se institui de diferentes maneiras. Polanyi (2000) identifica três padrões fundamentais de integração que coexistem nas sociedades históricas: reciprocidade, redistribuição e troca (Machado, 2010, p. 73).

O princípio da troca é dominante na economia capitalista de mercado. Nesse caso, a produção e distribuição dos bens na sociedade é controlada, regulada e dirigida, em última instância, pela autorregulação dos preços. Esta economia está fundada sobre a expectativa de comportamento orientado ao máximo ganho. Pressupõe o equilíbrio de mercado, no qual o fornecimento dos produtos disponíveis a um preço definido igualará a demanda a esse mesmo preço. Pressupõe a presença do dinheiro funcionando como poder de compra nas mãos de seus possuidores. A produção é, então, controlada pelos preços, porque os lucros daqueles que dirigem a produção dependem dos preços, que formam rendimentos, e é com a ajuda desses rendimentos que os bens produzidos são distribuídos entre os membros da sociedade. A ordem da produção e distribuição de bens é assegurada apenas pelo mecanismo de preços (Polanyi, 2012a, p. 73-74). O sistema de mercado tem como princípios de comportamento econômico a permuta, a barganha e a troca visando lucro. A interação entre esses princípios de comportamento e o padrão de mercado é capaz de criar sua instituição específica: o mercado – espaço destinado à compra e venda. Para que a propensão à permuta seja capaz de produzir preços, é requisito essencial que o padrão de mercado esteja presente, ao menos parcialmente. A ideia de escassez e excesso funciona como o grande mecanismo de barganha.

Na reciprocidade, o que regula a produção e a distribuição são as normas de comportamento social, impostas por sistemas não econômicos, tais que parentesco, amizade, associação ou cooperação. Cada um produz o que consegue e recebe o que precisa. Ela depende de um padrão institucional de simetria: uma “dualidade” essencial que permite a entrega e recebimento de bens e serviços perfeitamente organizados. Neste ordenamento, três, quatro ou até mais grupos podem ser simétricos nos diferentes sistemas não-econômicos, ou ainda os membros de um grupo não utilizam a reciprocidade uns com os outros, mas com um terceiro grupo com quem mantém relações análogas.

A redistribuição é o deslocamento de bens a um ponto central para seu posterior retorno às extremidades (consumidores), por regras vinculadas a um ordenamento político. Possui um caráter territorial e é importante na relação de todos que possuem uma chefia comum. Seu padrão institucional é a centralidade, presente em todos os grupos humanos. “A simetria e a centralidade vão de encontro, na metade do caminho, às necessidades da reciprocidade e da redistribuição; os padrões institucionais e os princípios de comportamento se ajustam mutuamente” (Polanyi, 2012, p. 69).

Para Polanyi (2012) a organização das sociedades que utilizam a reciprocidade e a redistribuição como princípios organizadores da economia são capazes de assegurar o funcionamento de um sistema econômico sem a ajuda de registros escritos e de uma complexa administração. Além disso, o autor alerta que tanto a reciprocidade quanto a redistribuição não se restringem a sociedades primitivas ou pequenas e que além da reciprocidade e da redistribuição, há um terceiro princípio, subordinado e integrado aos demais: a domesticidade, que consiste na produção para uso próprio. A produção doméstica observa a necessidade de subsistência. A prática de prover as necessidades domésticas próprias somente virou um aspecto da vida econômica em um nível mais avançado da agricultura e, ainda assim, nada tinha em comum com a motivação do



ganho nem com a instituição de mercados. O princípio era sempre o de produzir e armazenar para a satisfação das necessidades dos membros do grupo.

De acordo com Polanyi (2012), nas sociedades pré-modernas o princípio da troca existia subordinado aos princípios da reciprocidade e da redistribuição, como forma de manter a ordem na produção e na distribuição. A permuta é uma componente da organização social da economia, do esforço coletivo para satisfazer as necessidades de subsistência, mas ela organiza uma parte pequena, subordinada. A troca adiciona à subsistência alguns elementos que a produção doméstica não consegue criar. Mas, a subsistência não depende da troca porque não pode fazer parte do cotidiano, ao menos como forma autorregulada, já que este não comporta equivalência e nem sistema de preços. Assim, trata-se de fenômeno diferente da ideia de troca mercantil, como fenômeno dominante e tendência de totalização. Diferentemente do que ocorre com o sistema de mercado, sob a presidência dos outros princípios não ocorre da esfera econômica tornar-se independente e desvincular-se da esfera social. Reciprocidade e redistribuição caracterizam dimensões econômicas não mercantis.

### **ECONOMIA NEM TÃO VERDE...**

Apesar de a OECD (2011) alardear as virtudes da EV, o próprio conceito é tautológico. Trata-se de pensar o meio ambiente e as demandas sociais de um ponto de vista puramente econômico. Se o desenvolvimento é central ao projeto, ele se apresenta como sinônimo de crescimento dos negócios e, conseqüentemente, da economia. Logo aparece a primeira contradição: o foco deixa de ser o ambiente natural e os indivíduos e passa a ser o sistema de mercado. Argumento evidente na justificativa da OECD (2011) de que o objetivo chave de uma transição para a economia verde resulta dos desequilíbrios criados pelos impactos da atividade econômica sobre os sistemas ambientais, pois estes colocam em risco o crescimento e o desenvolvimento. Mas, a

preservação do meio ambiente e a busca por melhores condições sociais são pensadas na medida em que servem a esta dinâmica.

O alerta de Polanyi não passa despercebido: o desempenho do sistema de mercado condescende a vida em sociedade para que o sistema econômico logre sucesso. O objetivo máximo é que as engrenagens da economia sigam em ascensão e isso subordina as demais esferas. Outro indício de que mercados se sobressaem como organizadores da dinâmica na sociedade pode ser encontrada na declaração da OECD (2011) de que as barreiras ao comércio e ao investimento podem prejudicar ou impedir o desenvolvimento e a difusão de tecnologias verdes globalmente. Para reduzir tais barreiras, a proposta é o livre comércio.

A busca por um tipo de desenvolvimento calcado em crescimento econômico e livre circulação de mercadorias manifesta a origem do problema sobre o qual está alicerçado o conceito de EV: a concepção econômica ortodoxa, na veste atual de neoliberalismo. O predomínio do princípio da troca, a expectativa de comportamento orientado ao máximo ganho e a utopia do equilíbrio de mercado sem danos – à coesão da sociedade, à existência humana e ao meio ambiente – são o norte do neoliberalismo!? A EV apresenta uma nova capa à mesma concepção do *homo neo-economicus*. Se o antagonismo entre meio ambiente e desenvolvimento não é imediato, torna-se indiscutível pela sua associação com o crescimento (Unmüßig, Sachs & Fatheuer, 2012). A renovação verde revela em si mesma a desarmonia com o meio ambiente: o próprio movimento é a prova de suas contradições. A consequência imediata da imposição de um mercado autorregulável é impedir o contramovimento de regulação social da economia, o que implica a decisão de aceitar a possível destruição do ser humano e do ambiente natural (Polanyi, 2012b).

No sistema de mercado o objeto de integração e as estruturas institucionais que lhe fornecem suporte correspondem à expectativa de comportamento orientado ao

máximo ganho, e depende de relações sociais centradas na propriedade, divisão do trabalho mental e manual, e separação entre produtores e consumidores (Schneider & Escher, 2011). Este arranjo produz desigualdade e pobreza, com uma sensível redução da coesão social (Munck, 2014). Ora, a redução da pobreza e da desigualdade integram os compromissos da EV. A grande inovação é pretender reverter externalidades econômicas negativas, mas operando no mesmo registro econômico. Trata-se de uma ilusão. Polanyi (2012a) mostrou que este é o lugar a partir do qual se impulsiona a mercantilização generalizada dos produtos, do humano, dos recursos do planeta. Aí, a sociedade se dobra aos interesses de grupos específicos. A este respeito, merece destaque uma crítica de Unmüßig, Sachs & Fatheuer (2012) à OECD e ao UNEP em razão de desconsiderarem questões de poder e distribuição nas tratativas sobre a EV.

A EV pretende ser o *medium* para o desenvolvimento sustentável (OECD, 2013), e ações ambientais geram novas oportunidades de negócios (OECD, 2011). Há potencial crescimento econômico com a prestação de serviços de ecossistemas, inovação tecnológica, além de novos mercados para bens e serviços verdes (OECD, 2013). Nesse sentido, os governos podem promover a inovação em tecnologias verdes de várias maneiras. Uma delas diz respeito às patentes, pressupõe-se que as empresas devem ser recompensadas por investir em pesquisa e desenvolvimento, o que significa proteger suas invenções com patentes eficazes (Altenburg et al. 2017; OECD, 2008). Entretanto, esta lógica é acompanhada de contradições e custos sociais. Marques (2015) apresenta algumas destas contradições: exploração privada do conhecimento, privatização de saberes milenares, desconsideração de que a criação intelectual é um processo cumulativo originada em conhecimentos antecessores e de que o avanço do conhecimento e da tecnologia nunca é produto de apenas uma pessoa, além de que a patente permite que os proprietários de direitos autorais imponham preços de monopólios.

Há grandes impactos na esfera social, porém na direção oposta da inclusão e igualdade social. Garcia (2019) identifica esta prática como parte de uma política de carácter neoliberal, cujo objetivo restringe-se ao aumento da produtividade e dos lucros, através da anexação da ciência e da tecnologia. É a lógica da "inovação desincrustada", como no caso das sementes transgênicas, pois uma semente representa uma entidade biológica regenerativa que integra um ecossistema voltado às necessidades locais. No caso das sementes transgênicas, isso deixa de existir, visto que a engenharia genética transforma sementes em mercadorias. Retornam à cena as mercadorias fictícias. Mas, uma decisão definitiva sobre transgênicos não é trivial, pois seria tolice ignorar o potencial desta tecnologia, bem como as dificuldades de controle ou regulação social a ela associadas (da Veiga, 2007). É claro que patentes associadas a interesses privados poderosos propiciam a apropriação e monopolização de recursos genéticos, abrindo espaço para a biopirataria (Schmidlehner, 2012), pois muitos países continuam patenteando descobertas feitas de forma irregular utilizando a biodiversidade de outras nações (Maciel & Marques Júnior, 2015). O Brasil é um dos principais alvos da biopirataria internacional, e apesar deste fato não ser amplamente divulgado, é difícil não o relacionar ao pacote da EV defendido pela OECD.

Não obstante, a UNEP (2012) alardeia a série de ocorrências em que empresas obtiveram vantagens comerciais no *esverdeamento* de seus bens e serviços. Dentre as diretrizes, encontra-se o incentivo ao consumo dos produtos sustentáveis como um nicho de mercado a ser explorado (Ciribelli & Miquilitto, 2013). Estratégias de comunicação estimularão o consumo crescente desses produtos (Bray, Johns & Kilburn, 2010). O papel das instituições financeiras é crucial para o fomento desses novos nichos na evolução política da economia ecológica (UNEP, 2011). Entretanto, estimular as oportunidades intensificando a aquisição de produtos é contraditório com um dos princípios elementares da sustentabilidade: a redução do consumo. É impossível que o estímulo ao consumo seja um meio para alcançar o desenvolvimento sustentável, mesmo quando se trata de produtos e tecnologias *mais verdes*. O argumento de

substituição de uns produtos por outros de menor impacto não resiste ao fato elementar de que produtos “mais” sustentáveis não escapam das externalidades negativas sobre o meio ambiente e a sociedade – no ciclo de produção, distribuição, consumo, descarte. Isto é, a OCDE (2011) constrói um castelo de cartas. A EV não propõe mudança de hábito, mas inovação tecnológica sem interferência nos padrões de consumo. O que significa desconsiderar seus efeitos negativos tanto reais quanto potenciais (Unmüßig, Sachs & Fatheuer, 2012).

O consumo leva à problematização do mercado autorregulável. A liberdade comercial é necessária para o sucesso dos novos nichos de mercado; mas, comercialização sem limites e consumo ampliado são incompatíveis com preservação ambiental e coesão social. O padrão de desenvolvimento “verde” sustenta-se com crescimento econômico ou não se sustenta. Qual será o limite? Para mitigar esses problemas, a OECD (2011) aposta todas as fichas na inovação e na tecnologia, considerados o núcleo transformador da guinada verde na economia. Na ausência destes será difícil e caro tratar das questões ambientais. Desta perspectiva, inovação e tecnologia são a abertura indispensável para uma combinação virtuosa entre consumo elevado e preservação do meio ambiente, isto é, a dinâmica de mercado se mantém nos atuais padrões, exceto pelos efeitos ambientais!? Ao manter intacto este padrão, a OECD (2011) tende a secundar o alto investimento necessário para adequação ou inserção de tecnologia e os custos inerentes aos processos de inovação, que implicam por si só um impulso na circulação de mercadorias, já que as receitas de vendas devem compensar e justificar o investimento. Isso resulta na necessidade de estimular o consumo. Não é sem justificativa que as políticas para promover EV tenham como requisito o incentivo aos novos nichos do mercado verde e a livre circulação das mercadorias.

Para Polanyi (2012), a natureza utópica dos sistemas de mercado é emblemática quando examinamos as mercadorias fictícias. Ela expressa a desvinculação entre economia e sociedade pela mercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro. A OECD

(2011) considera, ao contrário, que o ponto forte dos instrumentos de mercado para incentivar e gerenciar uma economia verde é precisamente o fato de que os fatores de produção, incluindo o capital natural, podem ser devidamente valorizados. O uso de licenças comercializáveis e impostos são os exemplos mais evidentes: para que uma economia seja verde, é necessário justamente precificar as externalidades e os danos ambientais. Nesse sentido, a OECD (2013) proclama que os mercados de carbono estão subprecificados, recomenda fortemente criar o mercado da poluição e da sobre-exploração dos recursos naturais escassos como estratégia central das políticas de fortalecimento da economia verde. É nesse contexto que surge no Brasil a Bolsa de Valores Ambientais (BVRio, 2017), com o objetivo de desenvolver mecanismos para negociar serviços e ativos ambientais.

Se o meio ambiente representa uma mercadoria escassa cujo preço é definido pela lei da oferta e da demanda, o projeto está centrado, para dizer o mínimo, na defesa de interesses econômicos específicos: quem pagar mais será beneficiário dos recursos naturais. Se assim for, a possibilidade da preservação do meio ambiente resume-se a um custo de oportunidade, um cálculo meramente econômico, sem vínculo real com o meio ambiente. Pois, o pagamento a comunidades locais pelo uso e poluição dos recursos não representa nenhum benefício real, posto que elas perdem seu bem mais precioso: o uso dos recursos como plena condição de controle sobre seus meios de vida e seu habitat. A compensação quando muito atenua os prejuízos, já que é impossível lhes restituir o status original. A relação com o meio ambiente passa a ser movida por interesses exógenos, a autonomia das comunidades é convertida em instrumento comercial.

## **A ROUPA NOVA DO REI: O “ESVERDEAMENTO” DA ECONOMIA**

Inúmeros autores apontam o esverdeamento como um jogo de cena. A EV se produz por uma reconversão dos instrumentos do desenvolvimento sustentável, que pretende

instaurar um tipo de reforma essencialmente neoliberalizante. Não se trata, portanto, de atacar a utopia da sustentabilidade, ainda que esta possa ser criticada. Trata-se de entender o modo com que a roupagem verde é utilizada para renovar o hábito neoliberal.

Packer (2012) avalia que a racionalidade implícita no projeto verde é contrária à conservação dos recursos naturais. A conversão da natureza em carteira de investimento encoraja diversas estratégias para elevar o valor financeiro dos ativos naturais. Daí vem também a irracionalidade: é preciso elevar o valor dos títulos produzindo escassez! O que acaba elevando o risco de desastres naturais, e incentivando a indústria e o agronegócio a produzir mais poluição e desmatamento. Já que com os títulos negociados são valorizados com a escassez da mercadoria que eles representam, ou seja, a biodiversidade.

Alguns estudos desdobram a questão. Unmüßig, Sachs e Fatheuer (2012) mostram que a demanda global por matérias-primas energéticas e não energéticas está gerando aumentos importantes nos preços, o que torna cada vez mais rentável o investimento exploratório combinado à desregulamentação dos mercados. Resulta disso que a proteção da natureza permanece apenas no discurso. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) generaliza um tipo de regulação via preços de mercado quando atribui valor econômico à conversão de ecossistemas em prestação de serviços. Trata-se da mercantilização da natureza, isto é, sua privatização e comercialização. Ora, qual o propósito da Bolsa de Valores Ambientais BVRio senão esta mercantilização? A BVRio desenvolve mecanismos de mercado para negociar serviços e ativos ambientais, ou seja, comercializar desde os efluentes de baías e rios às emissões de carbono.

A institucionalização de mercados de carbono é expressão desta mercantilização ecológica, como argumentam Böhm, Misoczky & Moog (2012). É desprezível a

probabilidade de que esta estratégia transforme a economia global em algo mais sustentável. Ortiz & Overbeek (2012) reforçam esta compreensão e acrescentam que a lógica da compensação impacta, além da natureza, as populações locais, porque em vez de reduzir a destruição e a poluição, estimula a busca pelo lucro por parte de empresas, madeireiras e grandes fazendeiros. No norte do Brasil, mostram os autores, a extração de madeira para exploração quadruplicou na última década. O que reforça o argumento de que precificar não equivale a preservar. É preciso ir além, Banerjee (2008) identifica a sustentabilidade guiada por interesses corporativos, que o discurso da responsabilidade social legitima e consolida. Disso decorre uma decalagem crescente entre os processos produção e consumo e a natureza. Se o porvir do meio ambiente determina a existência humana, as corporações não podem assumir o papel que deve ser dos governos e da sociedade, porque desconsideram os aspectos mais elementares de coletividade.

Para Wittneben *et al.* (2012), um dos muitos paradoxos que envolvem o debate sobre as mudanças climáticas é como a urgência e a inação parecem residir confortavelmente no mesmo espaço discursivo. Ele credita ao capitalismo a responsabilidade pela crise ambiental que o mundo enfrenta, sob o pressuposto de um crescimento sem limites. Não deveria a economia, para ser verde, primeiro indagar os limites desse crescimento? Será que tudo o que foi dito pelo Clube de Roma deve ser considerado obsoleto? Não é o que diz Bardi (2011), para quem o relatório de 1972 não perdeu interesse, pelo contrário, suas previsões manifestam-se nitidamente no abalo dos mercados e na crise econômica. “Com a percepção crescente de que, na virada do século, faltam soluções para os problemas ambientais de esgotamento de recursos e mudança climática [...], não é tarde demais para pôr em prática alguns dos métodos e recomendações derivados do estudo” (Bardi, 2011, p. 13).

Nessa conjuntura, o conceito de economia circular (EC) tem se tornado popular (World Economic Forum, (2014). EV e EC estão atualmente integrados na formulação de



políticas como caminhos-chave em direção à sustentabilidade. Loiseau et al. (2016) percebem sinergias entre ambos em apoiar uma transição ascendente na hierarquia de resíduos, como é o caso da transformação de subprodutos, de uma indústria, em recursos para uma outra. D'Amato *et al.* (2017) identificam o ideal comum de conciliar objetivos econômicos, ambientais e sociais. Entretanto, há diferenças de operacionalização. No que diz respeito à sustentabilidade ambiental, a EV é um conceito guarda-chuva, que inclui elementos da EC, tais como eco eficiência, energias renováveis, e soluções baseadas na própria natureza. Em relação à dimensão social, a EV inclui aspectos de nível local, tais como ecoturismo e educação. Para Lara & Oliveira (2018), essas proposições impossibilitam a obtenção de sustentabilidade porque seguem moldando a sociedade como uma máquina produtiva, ou seja, EV e EC tornam-se limitadas ao não questionarem o crescimento econômico desenfreado.

Nesse sentido, data de 1996 uma crítica importante realizada por Stern, Common & Barbier à crença do crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento. Eles rejeitam a hipótese da curva ambiental de Kuznets – em que o dano ambiental aumenta com a renda para depois declinar, sugerindo que o crescimento econômico não seria ameaça à sustentabilidade global e não haveria limite ambiental para o crescimento. Assim, as políticas para alcançar o desenvolvimento sustentável devem incorporar incentivos explícitos para reduzir a degradação ambiental, em vez de supor que o problema vai “cuidar de si mesmo” (Stern, Common & Barbier, 1996). Para Veiga & Issberner (2012), a contradição refere-se ao fato de que para o “crescimento verde” ocorrer talvez seja necessário o “decrescimento”. Van den Bergh (2010) entende que a sociedade até pode enfrentar uma situação de decrescimento ao implementar políticas ambientais mais rigorosas; mas este é apenas um resultado possível, não uma condição: o decrescimento não é necessário ou suficiente para uma economia ambientalmente sustentável.

Crescimento e decrescimento podem não ser relevantes se for possível garantir a percepção correta dos efeitos e custos socioambientais das decisões privadas, o que, como argumenta Bergh (2010), seria possível numa estrutura em que o PIB funcionasse como indicador, juntamente com ações coletivas para estabelecer limites efetivos – tais como tetos mundiais de emissões de gases de efeito estufa ou correções de preços de externalidades ambientais e sociais. Ora, tudo indica que uma economia sustentável só faz sentido como uma economia de mentalidade social (Sachs, 2012). Daí seria preciso reinventar a modernidade para recompor o equilíbrio econômico e social de todas as formas de reprodução da vida. Retomar os bens comuns e garantir o acesso à natureza e ao consumo de subsistência.

Há muito tempo, Polanyi (2012a) alertava que trabalho e terra compõem o ambiente social e natural em que as sociedades subsistem. Se a mercantilização do trabalho ainda é alvo de contestação, a mercantilização da natureza vem para agudizar o processo geral de subordinação ao sistema de mercado. Quando a natureza é posta à venda, sua degradação se acelera precisamente pela exposição à exploração econômica, que nas sociedades de mercado organizam a acumulação infinita advinda do lucro e da exploração – da força de trabalho e dos recursos naturais.

Na direção oposta ao esverdeamento corporativo, é preciso mostrar que o rei está nu. Daí a asserção de Cunha (2012), de que a mudança necessária significa ir além da preservação, ultrapassar o pensamento antropocentrismo na direção de alguma espécie de ecocentrismo, para que o valor da vida humana transborde e recubra as demais formas de vida. A modernidade significou mais que o impulso de dominar a natureza, representou o avanço da humanidade como negação do corpo humano natural, isto é do que há de animal nesse corpo. E com isso, produziu o extermínio de toda a animalidade que sustenta o humano (Safatle, 2015).

A atualidade de Karl Polanyi (2012a; 2012b) é assim revelada, como que num lampejo da consciência ética universal, por entender e depositar as esperanças na vida como um valor central para a humanidade. A sociedade dilacerada pelo “moinho satânico” produz o contramovimento: a reciprocidade, a redistribuição e a domesticidade reconstituem o tecido para a construção de uma nova sociedade, de uma nova economia, verde desde dentro, nas suas origens. Como dizem Schneider & Escher (2011), a ruralidade brasileira oferece uma quantidade muito razoável de formas socioeconômicas assentadas nesses princípios. Elas podem ser a base para o desenvolvimento sustentável. Retoma-se a obra de Polanyi para dizer finalmente que, se não é possível retroceder no tempo, parece ser necessário aprender com o passado para construir mecanismos de troca e distribuição capazes de preservar a substância natural e humana da sociedade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Há uma contradição fundamental no conceito da economia verde cuja origem está no princípio da troca autorregulada do sistema mercantil. O crescimento infinito é incompatível com o planeta de recursos finitos. A EV não interrompe os excessos do capitalismo, ao contrário, pretende erigir-se sobre eles. O problema é que não haverá tempo!? A produção e o consumo desenfreados estão esgotando o ambiente natural. As relações de poder que produzem as desigualdades em todos os âmbitos permanecem intocadas. O lucro e o crescimento seguem prioritários. Resulta a equação paradoxal em que produção é igual à destruição. Desse modo, a EV se propõe a ser, mas não é, uma abordagem econômica nova. Trata-se de um novo figurino para a economia neoliberal que pretende mitigar certas externalidades e falhas adicionando ao mercado ainda mais mercado. Considerando que a EV começa a surgir com uma nova roupagem, a economia circular, a crítica permanece atual e merece ser discutida se a agenda realmente quiser avançar.

Para mostrar que o rei está nu, vale lembrar o que Karl Polanyi (2000) afirmou em 1944: quando toda a produção e a distribuição passam a ser regulados pelo mercado, a sociedade está à mercê da "trituração" do moinho satânico. Isto é, a preservação da substância natural e humana traz consigo a necessidade de mudar essencialmente nossas práticas econômicas, reexaminando o sentido e as concepções do desenvolvimento. A sociedade exposta ao crescente movimento de mercantilização precisa redescobrir-se, recobrar a si mesma deste estranhamento que produz sua autodestruição. O contramovimento identificado por Karl Polanyi (2000) sinaliza um comportamento de defesa e uma busca por proteção. Isto abre espaço para uma possível intervenção, com ações baseadas nos princípios de regulação econômica não mercantil: reciprocidade e redistribuição.

Esta proposta possui um alinhamento com a teoria institucional no que diz respeito à questão da agência dos indivíduos, uma vez que a grande crítica à esta teoria é que ela desconsidera a agência das pessoas e se concentra no movimento em direção a ambientes institucionais isomórficos (e sua manutenção). O artigo clássico de Meyer & Rowan (1977) propõe que as estruturas organizacionais estão embutidas em significados socialmente compartilhados, no sentido de que as organizações e a própria organização social são levadas a incorporar as práticas e procedimentos definidos pelos conceitos racionalizados predominantes institucionalizados na própria sociedade. Isso tem orientado a teoria institucional. O contramovimento - a resistência e proteção social - capaz de gerar alguma mudança, não recebe muita atenção. Há mais de 20 anos Kondra & Hinings (1998) levantam esta questão que permanece pouco explorada em pesquisas. Autores mais recentes retomam esta problemática (por exemplo, ver Dentoni, Bitzer & Schouten, 2018; Kilelu et al., 2013). Além da crítica, há espaço para pesquisas relacionadas a uma agência de indivíduos que tratam de problemas globalmente relevantes e que em alguma medida podem ser capazes de contribuir para mudanças sistêmicas. Questões fundamentais ainda permanecem em grande parte sem resposta, tais como: de onde vem o impulso para a mudança? Quais

são os mecanismos nos quais o contramovimento pode ocorrer? De que forma os mecanismos de troca e distribuição podem na conjuntura atual se relacionar de forma a serem mais capazes de preservar a substância natural e humana da sociedade?

A importância de avançar teoricamente nestas questões ocorre porque quando tais princípios se sobrepõem à troca eles sedimentam, mesmo nos sistemas de mercado, a encrustação do econômico com o social. O diagnóstico de Polanyi identifica a mercantilização à crescente desvinculação entre o econômico e o social. É este o processo a reverter. Piga & Mansano (2015) recordam que, apesar de haver atores de grandes organizações reguladoras do campo da sustentabilidade que possuem maior poder e determinam o pensamento vigente, também há atores marginalizados neste campo que podem agir pelo contramovimento. Eles podem ser considerados agentes de uma mudança paralela e não oficial, mas que ainda assim luta e participa do debate sobre as questões do meio ambiente. Quando isso ocorrer, a troca ordena-se-á pela subsistência. Se a acumulação não deixará de existir, ela servirá a outros propósitos, alinhados à coesão social. Tratar-se-á de um sistema orientado à preservação do meio natural e à produção da igualdade no seio da sociedade. A mudança para uma economia realmente verde somente será possível através de uma transformação menos conservadora.

## REFERÊNCIAS

Altenburg, Tilman, Assmann, Claudia, Rodrik, Dani, Padilla, Emilio, Ambec, Stefan, Esposito, Michela & Wooders, Peter (2017). *Green industrial policy: concept, policies, country experiences*. Recuperado em 20, agosto 2019 de: <https://www.greengrowthknowledge.org/resource/green-industrial-policy-concept-policies-country-experiences>.

Banerjee, Subhabrata B. (2008). Corporate social responsibility: the good, the bad and the ugly. *Critical sociology*, 34(1), 51-79.

Bardi, Ugo (2011). *The limits of growth revisited*. New York: Springer.

Böhm, Steffen, Misoczky, Maria C., & Moog, Sandra (2012). Greening capitalism? A marxist critique of carbon markets. *Organization Studies*, 33(11), 1617-1638.

Bray, Jeffery, Johns, Nick , & Kilburn, David (2011). An exploratory study into the factors impeding ethical consumption. *Journal of Business Ethics*, 98(4), 597-608.

BVRIO (2017). *Bolsa de Valores Ambientais BVRio*. Recuperado em 18, janeiro 2015 de: <http://www.bvrio.org/>.

Ciribeli, João P. & Miquilitto, Filipe P. (2013). O comportamento do consumidor verde: realidades e perspectivas de um nicho de mercado em expansão. *Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social*. Belém, PA, Brasil, VII.

Cunha, Eduardo V. (2014). (Re)pensando a sustentabilidade a partir da ecofilosofia e da economia solidária. *NAU Social*, 3(5), 201-223.

Da Veiga, José E. (2007). *Transgênicos: sementes da discórdia*. São Paulo: Senac.

Da Veiga, José E. & Issberner, Liz R. (2012). *Decrescer crescendo*. In Léna, Philippe & Nascimento, Elimar P. (Orgs.). *Enfrentando os limites do crescimento: prosperidade, decrescimento, sustentabilidade* (pp. 107-134). Rio de Janeiro: Garamond.

D'Amato, Dalia, Droste, Nils, Allen, Ben, Kettunen, Marianne, Lähtinen, Katja, Korhonen, Jaana & Toppinen, Anne (2017). Green, circular, bio economy: a comparative analysis of sustainability avenues. *Journal of Cleaner Production*, 16(8), 716-734.

Dangelico, Rosa M. & Pujari, Devashish (2010). Mainstreaming green product innovation: why and how companies integrate environmental sustainability. *Journal of Business Ethics*, 95(3), 471-486.

Dentoni, Domenico, Bitzer, Verena, & Schouten, Greetje (2018). Harnessing wicked problems in multi-stakeholder partnerships. *Journal of Business Ethics*, 150, 333-356.

Garcia, José L. (2019). Uma tarefa crucial para a economia política: a crítica da inovação tecno-liberal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 119, 171-198.

Kilelu, Catherine W., Klerkx, Laurens, & Leeuwis, Cees (2013). Unravelling the role of innovation platforms in supporting co-evolution of innovation: contributions and tensions in a smallholder dairy development programme. *Agricultural Systems*, 118, 65-77.

Kondra, Alex Z. & Hinings, Bob C. R. (1998). Organizational diversity and change in institutional theory. *Organization Studies*, 19(5), 743-767.

Lara, Luiz G. A. & Oliveira, Samir A. (2018). Sociedade de decrescimento: uma resposta para o desenvolvimento (in)sustentável?. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 5(13), 684-722.

Loiseau, Eleonore, Saikku, Laura, Antikainen, Riina, Droste, Nils, Hansjürgens, Bernd, Pitkänen, Kati, Leskinen, Pekka, Kuikman, Peter, & Thomsen, Marianne (2016). Green

economy and related concepts: an overview. *Journal of Cleaner Production*, 139, 361-371.

Luna, Edilvan M., Brasil, Adélia A. & Máximo, Bruno P. (2012). *Marxismo e ecologia: uma crítica à economia verde. Anais da Semana de Economia Política*, Fortaleza, CE, Brasil, 1.

Machado, Nuno M. C (2010). Polanyi e a nova sociologia econômica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 90, 71-94.

Maciel, Lauro R. & Marques Júnior, William P. (2015). A proteção da biodiversidade ante as possíveis soluções para a omissão legislativa em matéria de biopirataria no Brasil. *Revista da Faculdade de Direito*, 35(2), 163-193.

Marques, Rodrigo M. (2015). *Contribuições à crítica da propriedade intelectual*. Repositório das apresentações e palestras nos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. Recuperado em 20, agosto 2019 de: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/2716>

Meyer, John W., & Rowan, Brian (1977). Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, 83(2), 340-363.

Misoczki, Maria C. & Bohn, Steffen (2012). Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza. *Cadernos EBAPE.BR*, 10(3), 546-568.

Munck, Ronaldo (2014). Karl Polanyi for Latin America: development and social transformation. *Proceedings of International Karl Polanyi Conference*, Montreal, Canada, 13th.



Noh, Hee J. (2018). Financial strategies to accelerate green growth. *ADB Working Paper, 866*, 1-23.

OECD (2013). *Putting green growth at the heart of development*. Recuperado em 30, dezembro 2014 de: <http://www.oecd.org/greengrowth>

OECD (2011). *Towards green growth*. Recuperado em 5, janeiro 2015 de: <http://www.oecd.org/greengrowth>

OECD (2008) *Environmental policy, technological innovation and patents*. Recuperado em 30, dezembro 2014 de: <http://www.oecd.org/greengrowthhttps://www.oecd.org/env/consumption-innovation/environmentalpolicytechnologicalinnovationandpatents2008.htm>

Oliveira, José A. P. (2012). Rio+20: What we can learn from the process and what is missing. *Cadernos EBAPE.BR, 10*(3), 584-604.

ONU – Division for Sustainable Development (2012). *A guidebook to the green economy* (Issue 1). Recuperado em 20, agosto 2019 de: <https://sustainabledevelopment.un.org/index.php?page=view&type=400&nr=634>.

Ortiz, Lucia & Overbeek, Winnie (2012). Valorando o que não tem valor. *Revista Contra Corrente, 4*, 17-20.

Packer, Larissa A. (2012). Economia verde impõe preço na natureza. *Revista Contra Corrente, 4*, 6-9.

Piga, Talita R. & Mansano, Sonia R. V. (2015). Sustentabilidade ambiental e história: uma análise crítica. *Perspectivas Contemporâneas, 10*(2), 174-195.

Polanyi, Karl (2000). *A grande transformação: as origens da nossa época* (2a ed). Rio de Janeiro: Campus.

Polanyi, Karl (2012a). *A grande transformação: as origens da nossa época* (2a ed). Rio de Janeiro: Elsevier.

Polanyi, Karl (2012b). *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Sabourin, Éric (2011). Teoria da reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. *Sociologias*, 13(27), 24-51.

Sachs, Ignacy (2012). Back to the visible hand: the challenges of the second Rio de Janeiro earth summit. *Estudos Avançados*, 26(74), 5-20.

Safatle, Vladimir (2015). *O circuito dos afetos*. São Paulo: Cosac Nayfi.

Sandberg, Maria, Klockars, Kristian & Wilén, Kristoffer (2019). Green growth or degrowth? Assessing the normative justifications for environmental sustainability and economic growth through critical social theory. *Journal of Cleaner Production*, 206, 133-141.

Schäfer, Martina, Jaeger-Erben, Melanie & Santos, Agnaldo (2011). Leapfrogging to sustainable consumption? An explorative survey of consumption habits and orientations in Southern Brazil. *Journal of Consumer Policy*, 34(1), 175-196.

Schmidlehner, Michael (2012). Dossiê Acre: O Acre que os mercadores da natureza escondem. Conselho Indigenista Missionário: Regional Acre. Recuperado em 20, agosto 2019 de: [https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Dossie-acre\\_2012.pdf](https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Dossie-acre_2012.pdf)

Schneider, Sergio & Escher, Fabiano (2011). A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. *Sociologias*, 13(27), 180-220.

Stern, David I., Common, Michael S., & Barbier, Edward B. (1996). Economic growth and environmental degradation: the environmental Kuznets curve and sustainable development. *World Development*, 24(7), 1151-1160.

UNEP (2012). *The Business Case for the Green Economy*. Sustainable Return on Investment. Recuperado em 19 agosto, 2019 de: <http://www.unep.org/greeneconomy>.

UNEP (2011). *Towards a green economy: pathways to sustainable development and poverty eradication*. Recuperado em 19 agosto, 2019 de: [www.unep.org/greeneconomy](http://www.unep.org/greeneconomy).

Unmüßig, Barbara, Sachs, Wolfgang, & Fatheuer, Thomas (2012). *Crítica à economia verde: impulsos para um futuro socioambiental justo*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich-Böll-Stiftung.

Van den Bergh, Jeroen C. Relax about GDP growth: implications for climate and crisis policies. *Journal of Cleaner Production*, 18(6), 540-543.

WBCSD – World Business Council do Sustainable Development (2010). *Empresas e desenvolvimento: desafios e oportunidade num mundo em rápida mudança*. Genebra: WBCSD.

Wittneben, Bettina, Okereke, Chukwumerige, Banerjee, Subhabrata, & Levy, David L. (2012). Climate change and the emergence of new organizational landscapes. *Organization Studies*, 33(11), 1431-1450.

World Economic Forum (2014). Towards the circular economy: accelerating the scale-up across global supply chains. Recuperado em 20, agosto 2019 de: [http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_ENV\\_TowardsCircularEconomy\\_Report\\_2014.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_ENV_TowardsCircularEconomy_Report_2014.pdf)

## **A ROUPA NOVA DO REI: ECONOMIA VERDE ENTRE INOVAÇÃO E CONSERVAÇÃO – UMA LEITURA CRÍTICA A PARTIR DE KARL POLANYI**

### **Resumo**

No contexto da crise de 2008, a Economia Verde (EV) é promovida e incentivada por organismos internacionais das Nações Unidas como caminho para o desenvolvimento sustentável. Além de impulsionar o crescimento econômico, a EV possibilitaria reduzir a pobreza e garantir a preservação dos recursos naturais. Este ensaio inspira-se em Karl Polanyi para elaborar uma crítica a este discurso. A sociedade de mercado reproduz-se pela subsunção do humano e da natureza à autorregulação econômica, que é, por definição, antagônica à vida. Sob a égide do mercado, homem e natureza vivem o limiar de sua supressão. Sustentabilidade social e ambiental depende de uma reorientação econômica em direção à subsistência orquestrada pelos princípios da reciprocidade, redistribuição e troca de mercado. Ora, o padrão mercantil é não apenas mantido intacto, como francamente incentivado pela EV. Daí a necessidade de uma elaboração crítica fundamentada, para apontar limites e alertar para os problemas que o projeto da EV amplifica, a pretexto de solucionar.

### **Palavras-chave**

Economia verde. Sustentabilidade. Reciprocidade. Mercantilização. Karl Polanyi.

## EL NUEVO TRAJE DEL REY: LA ECONOMÍA VERDE ENTRE LA INNOVACIÓN Y LA CONSERVACIÓN – UNA LECTURA CRÍTICA DE KARL POLANYI

### Resumen

En el contexto de la crisis de 2008, la economía verde (EV) es promovida y alentada por las organizaciones internacionales de las Naciones Unidas como camino hacia el desarrollo sostenible. Además de impulsar el crecimiento económico, la EV haría posible reducir la pobreza y garantizar la preservación de los recursos naturales. Este ensayo está inspirado por Karl Polanyi para desarrollar una crítica de este discurso. La sociedad de mercado reproduce la auto-regulación económica, que es por definición antagónica a la vida humana y la naturaleza. Esto significa que, bajo la dirección del mercado, el hombre y la naturaleza se mantienen en el umbral de su supresión. La sostenibilidad social y ambiental depende de una reorientación económica hacia la subsistencia orquestada por los principios de reciprocidad, la redistribución y intercambio. Pero el estándar comercial no sólo se mantiene intacto, como es francamente animado por la EV. De ahí la necesidad de un trabajo crítico para señalar los límites y problemas que el proyecto de la EV amplifica a pretexto de resolver.

### Palabras clave

Economía Verde. Sostenibilidad. Reciprocidad. Mercantilización. Karl Polanyi.

## **THE KING'S NEW OUTFIT: GREEN ECONOMY BETWEEN INNOVATION AND CONSERVATION – A CRITICAL READING FROM KARL POLANYI**

### **Abstract**

In the context of the 2008 crisis, Green Economy (GE) is promoted and encouraged by United Nations institutions as a path to sustainable development. In addition to driving economic growth, GE would make possible to reduce poverty and ensure the preservation of natural resources. The present essay draws on the work of Karl Polanyi to criticize this discourse. Market society is reproduced by the subordination of human and nature to economic self-regulation, which by definition is antagonistic to life. Under the aegis of the market, man and nature live within the threshold of suppression. Social and environmental sustainability depends upon a shift towards economic subsistence oriented by the principles of reciprocity, redistribution and exchange. But GE not only keeps intact the mercantile pattern but also encourages it. Hence the need for a reasoned critical elaboration to point out limits and to alert to the problems that the GE project amplifies, under the pretext of solving.

### **Keywords**

Green Economy. Sustainability. Reciprocity. Commodification. Karl Polanyi.

## CONTRIBUIÇÃO

### **Daniele Eckert Matzembacher**

A autora declara que contribuiu com o design, a escrita e o texto de revisão do artigo.

### **Fabio Bittencourt Meira**

O autor declara que contribuiu com a revisão teórica, construção dos argumentos, redação e revisões do artigo.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos a bolsa de estudos concedida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil, sem a qual esta pesquisa não seria viável.

## DECLARAÇÃO DE INEDITISMO

Es autores declaram que a contribuição é inédita.

## CONFLITO DE INTERESSES

Es autores declaram não haver conflito de interesses.

## COMO CITAR ESTA CONTRIBUIÇÃO

Matzembacher, Daniele E. & Meira, Fabio B. (2020). A roupa nova do rei: economia verde entre inovação e conservação – uma leitura crítica a partir de Karl Polanyi. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 7(18), 410-449.